



## Jornalismo investigativo e a responsabilidade social na denúncia de abuso institucional<sup>1</sup>

Joyse Bevilaqua RODRIGUES<sup>2</sup>

Vanessa Luiza de WALLAU<sup>3</sup>

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – FAG

### 1 Introdução

Este resumo baseia-se em análises bibliográficas, documentais e jornalísticas de 2025, investigando o papel do jornalismo investigativo como pilar da democracia. Ao revelar corrupção, abusos de poder e violações de direitos humanos, o jornalista atua como guardião social, cobrando justiça e responsabilidade das instituições. No contexto brasileiro, os casos de abusos na Igreja Católica mostraram a importância desse trabalho, dando voz a quem foi silenciado. A pesquisa reflete sobre a responsabilidade social e ética da imprensa na defesa da transparência e dos direitos humanos.

### 2 Metodologia

Conforme as orientações de Gil (2007), a pesquisa desenvolvida traz uma abordagem qualitativa e exploratória, realizada por análises bibliográficas, documentais e jornalísticas. Uma observação de reportagens em veículos nacionais, sobre o recente escândalo que ocorreu com o padre Genivaldo Oliveira dos Santos, denunciado pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) em outubro de 2025, após ter sido preso em agosto do mesmo ano, acusado por atos de abusos sexuais contra fiéis e por má conduta dentro da paróquia.

---

<sup>1</sup> Resumo expandido apresentado no GT Pesquisa na Graduação no VIII Encontro Regional Sul de Ensino de Jornalismo (Erejor Sul).

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Jornalismo do Centro Universitário FAG. E-mail: [jbodrigues1@minha.fag.edu.br](mailto:jbodrigues1@minha.fag.edu.br).

<sup>3</sup> Professora orientadora. Docente do Curso de Jornalismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG). E-mail: [vanessaluiza@fag.edu.br](mailto:vanessaluiza@fag.edu.br).



A repercussão do caso reativou o debate sobre a importância da imprensa na apuração de abusos executados dentro de instituições religiosas e em cima de limites da responsabilidade social do jornalismo ao tratar de temas de alta sensibilidade social e também moral. A finalidade metodológica reside em combinar a prática jornalística com a reflexão teórica, mostrando como a exposição de atos abusivos se articula à consolidação da democracia e dos direitos.

### 3 Fundamentação teórica

O jornalismo investigativo se fortifica como um instrumento primordial de controle social, já que através dele que abusos de poder, negligências institucionais e violação de direitos humanos são expostos. A prática vai muito além das divulgações de fatos: busca compreender contextos, revelar o que se tenta por muitas vezes ocultar e cobrar respostas de quem exerce posições de autoridade. Segundo Traquina (2005), o papel do jornalista investigativo é o de fiscal público, comprometido com o interesse coletivo e com a transparência das instituições.

Dessa forma, a responsabilidade social do jornalismo investigativo é transparente justamente pela forma de como essas denúncias são tratadas. A apuração cautelosa, o respeito às vítimas e o compromisso ético com a verdade são pilares que garantem a credibilidade da imprensa e o fortalecimento da confiança pública. Como aponta Karam (2004, p. 7), o jornalismo que se pauta pela responsabilidade social, pela a contribuição para a democracia não apenas informando, mas também para promover a justiça e o exercício da cidadania. O autor defende que a informação deve ser tratada como um bem social, e não como uma simples mercadoria. Isso mexe com a missão do jornalista que é mais ampla do que apenas gerar lucro, devendo servir ao interesse público.

Casos recentes, como o do padre Genivaldo Oliveira dos Santos, denunciado pelo Ministério Público do Paraná em 2025 por um escândalo de abusos sexuais contra fiéis, na Igreja Católica, reforçam essa relevância. A cobertura jornalística do caso mobilizou a sociedade e abriu um espaço para debates sobre a atuação da mídia em



frente de crimes cometidos dentro de instituições religiosas. Quando a imprensa averigua e divulga essas situações, assume um papel de mediação entre o poder e a sociedade, garantindo visibilidade às vítimas e exigindo que a justiça seja cumprida.

Deste modo, o jornalismo investigativo não apenas denuncia abusos, mas também desempenha uma função de reparação simbólica e de fortalecimento da democracia. Ao juntar a prática e reflexão, a responsabilidade social do jornalista se revela como um compromisso ético com a verdade, com os direitos humanos e com o dever de não consentir que o silêncio se torne cúmplice. Além do mais, essa atuação colabora para a formação de uma sociedade mais crítica e consistente, preparado para questionar estruturas de poder e exigir transparência das instituições.

O impacto dessas investigações vai muito além da esfera imediata do caso. Elas podem e pode gerar debates públicos, inspiram políticas de prevenção e incentivam mudanças culturais dentro das organizações envolvidas. O jornalismo investigativo, portanto, age como uma ponte entre a sociedade e o poder, podendo fortalecer os mecanismos de controle social e proporcionando a construção de uma democracia mais sólida, participativa e justa.

Ao analisar o desenvolvimento dessa prática no campo da Comunicação, Melo (2013) observa que os estudos sobre o jornalismo investigativo no Brasil entre 2000 e 2012 apontam exatamente: técnica e ética. Para a autora, não é o bastante revelar fato, é necessário situá-los dentro de estruturas sociais e institucionais que os produzem, de maneira que possa permitir que a informação cumpra sua função social de forma plena.

Esse tipo de cobertura exige tempo, metodologia precisa, proteção de fontes e resistência a interesses que buscam frear a publicação, o que demonstra que o jornalismo investigativo é, sim, um ato importante.

Além do mais, Melo (2013) reforça que esse tipo de investigação no Brasil está intimamente ligada à noção de que a imprensa opera como guia entre esferas de poder e o público, tornando visíveis conflitos que, sem uma apuração jornalística, permaneceram restritos ao segredo institucional. O caso do padre Genivaldo, assim como tantos outros que cercam crimes em ambientes religiosos, políticos ou empresariais. Deixando com clareza essa função mediadora que rompe pactos, criando um ciclo virtuoso de comprometimento e memória pública.



Por fim, na visão ampla, a prática responsável do jornalismo investigativo requer não apenas técnicas apuradas de investigação, mas também sensibilidade ética, empatia com as vítimas e coragem para responder às pressões externas, reafirmando seu papel indispensável na manutenção da justiça e da cidadania.

#### 4 Considerações finais

A análise do caso do padre Genivaldo Oliveira dos Santos e da cobertura jornalística permite compreender o quanto o papel do jornalismo investigativo é indispensável quando a sociedade precisa enxergar a realidade das situações. Denunciar abusos sexuais principalmente quando sobrevem de quem ocupa posição de sacerdote, é muito mais do que informar: é proteger e preservar pessoas, romper pactos de silêncio e comprovar que nenhuma instituição tem o direito de atuar na sombra.

Toda linha de apuração, cada voz ouvida, cada documento confrontado e averiguado é uma forma de ressarcir a dignidade às vítimas e de impossibilitar que a impunidade transforme-se em regra. Quando a imprensa pesquisa com responsabilidade e sensibilidade, ela não apenas revela crimes: ela acarreta debates, exigindo respostas, leva instituições para a transparência e inicia um espaço para que a democracia não seja apenas uma palavra, mas sim, como um exercício de justiça e de vigilância.

O jornalismo investigativo atua como mediador entre quem sofreu e quem precisa responder, entre o poder e o povo, e é nesse caminho que o jornalismo mostra sua importância. Diante disso, mais do que uma prática profissional, o jornalismo investigativo é um ato público de coragem: ele impede que o silêncio engrandeça o agressor, concede o nome a quem foi negado e lembra a sociedade que a verdade, quando esclarecida, é um jeito de restauração.

Em tempo de abuso, omissão e dúvidas, o trabalho jornalístico torna-se uma prova viva de que a democracia se mantém não apenas por discursos, mas por aqueles que se indeferem a deixar que a injustiça continue invisível.

#### Referências



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

MELO, Seane Alves. **Os estudos sobre jornalismo investigativo no campo da Comunicação (2000–2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo II: A tribo jornalística — uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.